

Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens

Natália Cristine Prado
Lucimara Alves da Costa
Organizadoras

Estudos descritivos
e aplicados de
Línguas e Linguagens

Natália Cristine Prado
Lucimara Alves da Conceição Costa
Organizadoras

Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens

Araraquara
Letraria
2025

O presente livro foi realizado com o apoio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Estratégico de Consolidação dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* acadêmicos, da CAPES, conforme expresso na Portaria CAPES nº 155/2022, norma que regulamenta o programa. Processos – 88887.707193/2022-00 e 88881.744143/2022-01.

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estudos descritivos e aplicados de Línguas e Linguagens [livro eletrônico] / Natália Cristine Prado, Lucimara Alves da Conceição Costa (organizadoras). -- 1. ed. -- Araraquara, SP: Letraria, 2025
PDF.

Vários autores
Bibliografia.

ISBN 978-65-5434-157-8

1. Análise linguística 2. Línguas e Linguagem 3. Linguística - Estudo e ensino I. Prado, Natália Cristine. II. Costa, Lucimara Alves da Conceição.

25-319369.0

CDD-400

Índices para catálogo sistemático:

1. Línguas e Linguagem 400
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

DOI: 10.5281/zenodo.17943294

| SUMÁRIO

1. Estudos Linguísticos em Perspectiva: Descrição e Análise	8
Natália Cristine Prado e Lucimara Alves da Conceição Costa	
2. Como trabalhar o acento gráfico em sala de aula?	12
Flávia Camata de Oliveira Malaguth, Vera Pacheco e Marian Oliveira	
3. Linguística textual no contexto amazônico: perspectivas na língua(gem) – teoria e prática	28
Sérgio Nunes de Jesus, Celso Ferrarezi Junior e Simone Matia da Silva	
4. Os sons do português brasileiro	47
Thaís Cristófaró Silva	
5. Contribuições da fonologia para o desenvolvimento do pensamento crítico na educação básica	65
Taíse Simioni	
6. Aspectos fonológicos do apagamento do -R em final de infinitivos verbais na escrita de alunos de Porto Velho - RO	83
Sabrina Evelyn Cruz Oliveira e Natália Cristine Prado	
7. O desenvolvimento da fluência oral do português brasileiro como língua adicional: o caso de um aprendiz hondurenho	104
Felipe Guedes Moreira Vieira, Ubiratã Kickhöfel Alves e Pollianna Milan	
8. A ordenação de constituintes em orações subordinadas predicativas: aspectos morfossintáticos e implicações para a prosódia	125
Juan Prete Tojeira-Ramos e Lisângela Aparecida Guiraldelli	
9. Estrutura argumental nas línguas naturais: inergatividade, inacusatividade e processos de conflação e incorporação nominal	149
Nathalia Siqueira dos Santos e Quesler Fagundes Camargos	
10. Rap, ritmo e linguagem: proeminências linguísticas e musicais em uma canção dos Racionais MC's	165
Raiane dos Anjos Pereira e Gladis Massini-Cagliari	

11. Língua e tempo: uma análise da variação linguística diacrônica na novela <i>O tempo não para</i>	187
Larissa Batista Pereira e Lucimara Alves da C. Costa	
12. Das Ordenações Filipinas às normativas da SESAI: estudo descritivo-diacrônico sobre termos relativos à saúde indígena no Brasil	205
Beatriz Curti-Contessoto e Talita Serpa	
13. Construção de sentidos e recategorização de referentes: progressão textual e contrato comunicativo na toada <i>Bicho Folhar</i>	227
Evaldo Souza Leão e Geane Valesca da Cunha Klein	
14. Análise léxico-semântica das unidades lexicais erótico-obscenas mais buscadas no <i>site</i> Pornhub em 2024	244
Ana Vitória Gomes Moreira e Vanessa Regina Duarte Xavier	
15. As línguas estrangeiras no oeste de Santa Catarina	266
Fernanda Delatorre e Rosane Natalina Meneghetti	
Sobre os autores e as autoras	289

3.

Linguística Textual no contexto amazônico: perspectivas na língua(gem) – teoria e prática

Sérgio Nunes de Jesus

Celso Ferrarezi Junior

Simone Matia da Silva

DOI: [10.5281/zenodo.17943376](https://doi.org/10.5281/zenodo.17943376)

| Considerações iniciais

A Linguística Textual (LT) desponta como campo fundamental na compreensão dos mecanismos que regem a *produção*, a *estruturação* e a *interpretação dos textos* em seus variados gêneros, modalidades e situações discursivas. Longe de se limitar à análise meramente formal ou estrutural, a LT se propõe a investigar o texto enquanto *unidade de sentido* ao considerar seus elementos constitutivos, a saber: *coesão*, *coerência*, *intencionalidade*, *situacionalidade*, *informatividade*, *intertextualidade* e *aceitabilidade* (Koch, 2006). Trata-se, portanto, de um campo teórico e metodológico que compreende o *texto como prática social*, profundamente imbricada nos usos da linguagem e nas *condições de produção e recepção dos discursos*. Assim, os estudos textuais são inseparáveis da análise dos ecossistemas socioculturais em que os *textos circulam*, sendo esses cruciais para a compreensão de como os sentidos são *construídos*, *negociados* e *compartilhados*.

No contexto amazônico, as abordagens da Linguística Textual adquirem importância singular. A região amazônica, caracterizada pela diversidade linguística, cultural e étnica, oferece terreno fértil para a investigação dos modos particulares de *produção de sentidos*. A textualidade aqui não pode ser compreendida de forma homogênea ou universalizante; ela é, antes de tudo, *atravessada por elementos identitários, cosmológicos, históricos e interacionais* que conferem às *práticas discursivas* locais singularidade própria. As línguas indígenas, os falares regionais, as narrativas orais, as lendas, os mitos e as tradições populares coexistem com as formas de linguagem escolarizada e oficial, criando espaços de tensão e encontros entre diferentes ambientes de significação.

Essa realidade complexa exige abordagem interdisciplinar e sensível à diversidade. Ou seja, a Linguística não pode se furtar ao diálogo com outras áreas do saber, como a Antropologia, a Sociologia, a Etnologia e a Educação, especialmente, quando se depara com ecossistemas multiculturais como o amazônico. A linguagem, nesse espaço, precisa ser entendida como mais do que mero instrumento de comunicação: ela é – acima de tudo – repositório de memórias, crenças, saberes ancestrais e modos de vida. A análise textual, portanto, deve estar atenta às múltiplas camadas de sentido que emergem das práticas discursivas locais, reconhecendo nelas não apenas a manifestação de estruturas linguísticas, mas também a expressão de mundos simbólicos complexos (Mussalim; Bentes, 2012).

A oralidade desempenha papel central nas comunidades amazônicas. Conforme apontam Labov (1997) e Bruner (1991), as narrativas orais não são apenas formas de entretenimento ou transmissão de informações, mas, sim, dispositivos fundamentais de

organização da experiência humana e de construção da realidade. No contexto amazônico, os relatos de 'causos', os mitos de origem, as lendas sobre seres encantados e as histórias de eventos comunitários não apenas comunicam saberes, mas também constituem formas de resistência cultural e de afirmação identitária. Essas narrativas, por vezes, operam segundo lógicas próprias, distintas das normas escolares de textualidade, o que impõe desafios e possibilidades para o trabalho pedagógico e a pesquisa linguística.

Para Vegini *et al.* (2009, 2012, 2015), por exemplo, a LT vem contribuindo significativamente para o entendimento das *práticas discursivas na Amazônia*, ao analisar os *modos de constituição do texto em contextos marcados pela interculturalidade e pelas transformações sociais*. Suas pesquisas evidenciam como as narrativas orais lendárias, mitológicas e cotidianas resistem, adaptam-se e reconfiguram-se diante das pressões do mundo contemporâneo, mantendo-se como formas legítimas de conhecimento e expressão. A partir desses estudos, torna-se evidente que, como dissemos anteriormente, a textualidade na Amazônia não pode ser analisada apenas com base em critérios formais de organização textual. É necessário, nessa perspectiva, incorporar as *perspectivas cultural e interacional* que reconheçam o papel ativo dos sujeitos na construção dos sentidos.

Além disso, a Linguística Textual aplicada ao contexto amazônico permite refletir sobre as implicações pedagógicas do ensino da língua materna em comunidades tradicionais e povos originários, por exemplo. Assim, pormenorizamos: *como ensinar leitura e produção textual em realidades em que os alunos trazem consigo repertórios discursivos próprios, muitas vezes distantes do modelo normativo? Como valorizar os saberes locais sem reforçar estereótipos ou promover a exclusão?* A resposta para essas questões passa pela adoção de abordagem didática que reconheça a *diversidade linguística e discursiva* como ponto de partida para o ensino e não como obstáculo. Nesse sentido, os trabalhos de Marcuschi (2001, 2008) sobre gêneros textuais, retextualização e práticas de letramento oferecem ferramentas importantes para pensar o ensino da língua como prática social situada.

Dessa maneira, o presente texto, portanto, busca articular as contribuições teóricas da Linguística Textual com as especificidades culturais e linguísticas da região amazônica, tendo como objetivo central compreender como se dão os processos de produção de sentidos em comunidades tradicionais/originais e como esses processos podem ser reconhecidos, valorizados e potencializados no contexto educacional. Para tanto, serão abordados temas como a oralidade e a escrita em tensão e complementaridade, a retextualização como prática recorrente nas comunidades amazônicas, a construção de sentidos em narrativas orais e os desafios da interculturalidade no ensino da língua(gem).

Isso posto, trata-se de uma proposta que reconhece o texto como fenômeno multidimensional que extrapola a 'mera' codificação linguística e se ancora nas práticas sociais dos sujeitos. Sendo assim, ao considerar a Amazônia como espaço discursivo singular, o presente texto pretende contribuir numa concepção um pouco mais 'alargada' e humanizada da língua(gem) que respeite e valorize os *modos próprios de dizer, narrar e significar o mundo*. Nesse percurso, a Linguística Textual não apenas se reafirma como campo teórico relevante, mas também *como prática política* e ética de escuta, acolhimento e diálogo com as vozes silenciadas pela história e pela hegemonia do discurso dominante.

| Alguns fundamentos teóricos da Linguística Textual

A Linguística Textual (LT), conforme aponta Koch (2006), tem como foco o estudo dos mecanismos de coerência e coesão que garantem a compreensibilidade dos textos. Ela rompe com a visão estruturalista da língua como sistema isolado e valoriza o contexto de produção, o papel do leitor e os processos de interação discursiva (Koch; Travaglia, 1991). Ainda na mesma linha, Marcuschi (2001) amplia essa visão ao tratar da 'retextualização' como movimento essencial à articulação entre oralidade e escrita.

A LT constitui um campo de estudo que se consolidou a partir da década de 1970, com o objetivo de superar os limites das abordagens linguísticas centradas exclusivamente na frase e na estrutura formal da língua. Em contraposição à tradição estruturalista, que considerava a linguagem como sistema autônomo e autorreferente, a LT passou a privilegiar *o texto como unidade de sentido e como objeto de análise*, tendo como preocupação central os mecanismos que possibilitam a compreensão e produção em contextos reais de comunicação.

Em outras palavras, declara Koch (2006), o surgimento da Linguística Textual (LT) como disciplina que representa uma virada teórica significativa no campo dos estudos linguísticos, respondendo à necessidade de compreender a linguagem para além dos limites da frase isolada. Assim, a partir de seu surgimento, o foco desloca-se para o texto enquanto unidade de sentido e para os processos que garantem sua construção e interpretação em contextos reais de uso. Essa mudança de paradigma evidencia que a produção e a compreensão textual não podem ser explicadas apenas por regras gramaticais formais, exigindo atenção aos aspectos pragmáticos, discursivos e cognitivos da linguagem. Nesse cenário, torna-se essencial considerar os recursos que promovem a continuidade textual e permitem que o

texto seja reconhecido como tal, o que justifica o destaque dado à coesão e à coerência como objetos centrais de investigação da LT.

Sendo assim, a coesão refere-se às articulações formais entre os elementos linguísticos, como *pronomes*, *conectores* e *elipses*, que estabelecem ligações dentro do texto. Já a coerência diz respeito à organização semântica e lógica das ideias, implicando relações cognitivas e inferenciais estabelecidas entre os interlocutores. Esses mecanismos são fundamentais para que o texto faça sentido para quem o interpreta, e seu funcionamento está intimamente ligado às condições de enunciação.

A superação da visão formalista da linguagem é também destacada por Koch e Travaglia (1991), que evidenciam como a LT *valoriza o papel do leitor na construção do sentido* e reconhece a leitura como processo ativo, interpretativo e interacional. Dessa maneira, o sentido de um texto não está apenas em sua estrutura linguística, mas *emerge da interação entre os sujeitos envolvidos na situação comunicativa e das condições sócio-históricas em que se insere*. Esse enfoque marca uma guinada epistemológica nos estudos linguísticos, ao considerar o texto como prática discursiva situada, social e ideologicamente marcada.

Dessa forma, a articulação entre *estrutura linguística* e as *dimensões pragmática e ideológica* configura-se como eixo central da Linguística Textual (LT) e marca também o rompimento com as abordagens tradicionais que tratavam o texto apenas como produto gramaticalmente estruturado. Nessa perspectiva, Koch e Travaglia (1991) ressaltam que a LT promove uma nova base epistemológica ao conceber o texto como prática discursiva situada em contextos sócio-históricos, ideológicos e comunicativos, o que amplia sua compreensão para além da superfície linguística.

Marcuschi (2001) também contribuiu significativamente ao incorporar a noção de retextualização, entendida como o processo de transformação do texto de uma modalidade discursiva para outra, como da oralidade para a escrita ou vice-versa, e aponta a dinamicidade dos textos e sua adaptação a diferentes situações de uso. Assim, a LT consolida-se como campo que integra múltiplas dimensões do sentido.

Assim sendo, a LT revela a dinâmica da linguagem na vida cotidiana, especialmente, em contextos socioculturais nos quais as fronteiras entre *falar* e *escrever* não são rigidamente demarcadas. A retextualização evidencia que os textos circulam, se transformam e se adaptam aos diversos gêneros e situações comunicativas, sendo um recurso fundamental nas práticas discursivas contemporâneas, sobretudo, em contextos escolares, jornalísticos, jurídicos e institucionais.

A LT, nesse sentido, não se limita ao exame interno dos textos, mas amplia sua análise para incluir as *condições de produção, circulação e recepção dos discursos*. Ela compreende o texto como totalidade funcional que se realiza na interação entre sujeitos mediada por objetivos comunicativos específicos, normas sociais e expectativas dos interlocutores. Essa perspectiva dialógica, inspirada por autores como Bakhtin (2011), também contribui para o entendimento do texto como processo vivo, em constante negociação de sentidos.

Além disso, os fundamentos da LT dialogam com a noção de *gêneros textuais*, conforme desenvolvida por Marcuschi (2008), que entende os gêneros como formas relativamente estáveis de enunciado, moldadas pela função social que cumprem. Essa abordagem amplia a reflexão sobre a textualidade ao incorporar a diversidade de formatos discursivos presentes no cotidiano dos sujeitos e reconhece que cada gênerotextual ativa expectativas específicas em termos de estrutura, linguagem e função, refletindo, assim, a complexidade das práticas comunicativas sociais.

Portanto, os fundamentos teóricos da Linguística Textual sustentam a questão multifacetada da linguagem que leva em conta tanto os aspectos formais quanto os sociais e cognitivos envolvidos na produção textual. A valorização da situação discursiva, do interlocutor, dos processos inferenciais e das práticas de retextualização confere à LT caráter profundamente interdisciplinar e aplicável a múltiplos campos do conhecimento, da Educação à Análise do Discurso em situações institucionais, midiáticas ou culturais.

No contexto amazônico, essa base teórica se mostra especialmente fecunda, uma vez que os processos de textualização frequentemente envolvem a convivência entre a *oralidade tradicional* e a *escrita escolarizada*, além de expressarem sentidos que atravessam fronteiras linguísticas, culturais e cosmológicas. Portanto, a LT oferece instrumentos para compreender como os textos se configuram em ambientes marcados pela diversidade e encontro de diferentes formas de significação – como é o caso da *tradição oral das comunidades amazônicas* – cuja riqueza narrativa e simbólica revela como os textos se constroem a partir de práticas comunicativas enraizadas em contextos socioculturais próprios e que serão abordados no próximo tópico.

| Oralidade, narrativa e cultura amazônica

A oralidade tem papel central nas práticas comunicativas de qualquer comunidade corpórea e isso não é diferente nas amazônicas, funcionando não apenas como meio de transmissão de saberes, mas também como forma estruturante da produção textual e do compartilhamento de sentidos no cotidiano dessas populações. Inclusive, em

muitas comunidades amazônicas, como ocorre comumente em grupos sociais menos tecnologicizados, a oralidade suplanta enormemente as formas escritas de comunicação, chegando a ser a única disponível em alguns casos. Sobre isso, Ferreira Netto (2008) salienta que a tradição oral, longe de ser uma forma inferior de comunicação, constitui-se em fonte rica de saberes e estruturas narrativas.

A oralidade, nesse sentido, é um instrumento epistemológico que permite a organização simbólica do mundo, orientando comportamentos, fortalecendo vínculos e garantindo a continuidade identitária dos grupos. Essa valorização da oralidade, por sua vez, se alinha com os estudos de Labov (1997), cuja proposta de análise das narrativas orais fornece importante ferramenta para compreender como os indivíduos constroem sentido a partir de suas experiências vividas. Assim, para Labov (1997), uma narrativa oral pode ser decomposta em elementos estruturais como o resumo (*abstract*), a orientação (*orientation*), a complicação (*complicating action*), a avaliação (*evaluation*), a resolução (*resolution*) e a coda (*coda*). Essa estrutura, ao mesmo tempo, flexível e recorrente, revela que mesmo as narrativas orais mais espontâneas obedecem a princípios organizativos que possibilitam a inteligibilidade e sua função comunicativa.

A tradução e a discussão da obra de Labov (*apud* Vegini, 2012) permitiram sua circulação e aplicação no contexto brasileiro, sendo particularmente úteis para a análise de narrativas em comunidades tradicionais, como as amazônicas. Ao aplicar a estrutura narrativa proposta por Labov (1997) em contextos amazônicos, torna-se possível identificar como os eventos são selecionados, ordenados e avaliados de acordo com os valores e expectativas culturais locais. A ênfase na avaliação, por exemplo, mostra como o narrador marca, com seus comentários ou entonações, a importância dos acontecimentos narrados, revelando o que é considerado moralmente relevante ou curioso, educativo, exemplar dentro de sua comunidade.

Além disso, é importante considerar que as práticas orais nas comunidades amazônicas não se limitam ao relato individual de experiências passadas, pois integram também *performances* coletivas, que envolvem cantos cerimoniais, narrativas mitológicas e discursos ritualísticos, muitas vezes, acompanhados por gestos, entonações e elementos paralinguísticos que enriquecem e intensificam a comunicação. A oralidade, assim, se manifesta como prática multimodal e multissemiótica⁹, cuja análise exige sensibilidade etnográfica e interdisciplinar.

⁹ Que diz respeito ao uso de diversos modos de representação e comunicação em uma mesma prática discursiva. Os autores argumentam que os textos modernos, como os encontrados em mídias digitais, são produtos multissemióticos porque integram, por exemplo, texto escrito, imagem, som e movimento, cada um com suas próprias regras gramaticais e semânticas (Kress; Van Leeuwen, 2020).

As práticas orais são, ainda, profundamente situadas, ou seja – fazem sentido dentro de um conjunto de saberes compartilhados, marcados por especificidades territoriais, cosmológicas e linguísticas. Em muitas dessas comunidades, as línguas indígenas coexistem com o português e outras línguas regionais, formando repertórios linguísticos plurais que desafiam modelos monolíngues e normativos de análise textual. A oralidade, portanto, não apenas resiste à escrita, mas também se transforma em interação com ela, dando origem a processos híbridos e criativos de retextualização, como já apontado por Marcuschi (2001).

Nesse contexto, a Linguística Textual, ao incorporar a análise das práticas orais como práticas textuais legítimas, contribui para ampliar os horizontes da investigação linguística, incluindo formas de produção de sentido tradicionalmente excluídas dos espaços escolares e acadêmicos. Reconhecer o valor epistêmico da oralidade significa, também, valorizar os modos próprios de saber e dizer dos povos da Amazônia, afirmando suas vozes e suas formas de narrar como fontes legítimas de conhecimento.

Por outro lado, tirinhas e histórias em quadrinhos são gêneros discursivos que se destacam como ferramentas didáticas eficazes no ensino e na reflexão sobre a linguagem, a oralidade e as variações linguísticas. No contexto amazônico, esses recursos ganham relevância ainda maior por permitirem a valorização da diversidade cultural e linguística da região.

Assim, tanto a oralidade quanto as tirinhas e histórias em quadrinhos se apresentam como instrumentos de expressão e transmissão de saberes, podendo ser entrelaçados em práticas pedagógicas que afirmem e valorizem a diversidade cultural e linguística dos povos da Amazônia.

Um exemplo expressivo é o projeto de história em quadrinhos plurilíngue sobre a *língua de sinais do povo indígena Terena*, que retrata aspectos da comunicação e da identidade cultural dessa comunidade, evidenciando a riqueza linguística presente nas práticas cotidianas dos povos originários (UFPR, 2024).

Além disso, o projeto "Narrativas Orais Populares da Amazônia", desenvolvido na Universidade Federal do Pará, apresenta registros de histórias tradicionais contadas por comunidades amazônicas. Embora não se trate de tirinhas no formato tradicional, essas narrativas orais preservadas em meio digital representam formas de textualidade que resgatam a memória coletiva e refletem os modos de dizer típicos da oralidade regional (UFPA, 2022).

As tirinhas do artista amazonense Ademar Vieira também se destacam por abordarem temáticas sociais, políticas e culturais da Amazônia. Em sua obra *Sem palavras – reflexões em*

tirinhas, Vieira (2021) utiliza imagens e silêncios para provocar reflexões sobre a identidade amazônica, o meio ambiente e a vivência cotidiana na região.

Inclusive, estudos acadêmicos têm demonstrado a relevância das tirinhas como recursos pedagógicos para o ensino da oralidade e da variação linguística. Segundo Bezerra (2020), tirinhas permitem trabalhar aspectos da linguagem falada no texto escrito, favorecendo o reconhecimento de diferentes registros e estilos comunicativos. Já Oliveira (2019) destaca que o uso das tirinhas em sala de aula pode ser um ponto de partida para o debate sobre os múltiplos sentidos da linguagem no espaço escolar.

Dessa forma, o uso de tirinhas e HQ no contexto amazônico, além de proporcionar entretenimento e crítica social, revela-se uma estratégia fundamental para o ensino da linguística textual, articulando teoria e prática a partir das realidades locais. Assim, ao considerarmos as práticas linguísticas da Amazônia, a análise de textos “[...] possibilita compreender as múltiplas formas de expressão e resistência por meio da linguagem, evidenciando as interações entre texto, contexto e cultura [...]” (Koch, 2015, p. 12).

Logo, a tradução não é apenas uma transposição linguística de uma língua para outra com base em aspectos léxico-gramaticais, mas uma ‘reinvenção’ dos elementos culturais e sociais que estão presentes no original. Por isso, não traduzimos apenas de uma língua para outra, embora esta seja a acepção comum da ideia de “tradução”, mas traduzimos de um falar para outro, de um grupo para outro e, em certo sentido, até de uma pessoa para outra. Neste aspecto, a LT cria novas camadas de interpretação, refletindo a transição entre os diferentes universos culturais envolvidos. Logo, a tradução atua não só como ponte entre línguas, mas também entre pessoas, como mecanismo para modificar e refletir sobre as estruturas de poder, identidade e consumo que regem a sociedade.

| Narrativas amazônicas e coerência textual

Os estudos de Vegini *et al.* (2012, 2014), por sua vez, exploram a construção das narrativas orais no contexto amazônico, como no caso do *Mapinguari*. Tais narrativas têm estrutura coesa e coerente, com forte presença de elementos simbólicos e metonímicos que exigem do leitor/intérprete uma competência textual e intercultural. As narrativas orais amazônicas, conforme investigadas por Vegini *et al.* (2012, 2014), revelam-se como manifestações discursivas ricas em complexidade estrutural e densidade simbólica.

Dessa perspectiva, no caso específico do *Mapinguari*, figura mítica¹⁰ recorrente em diversas comunidades pan-amazônicas, observa-se a presença de elementos narrativos coesos e coerentes que se articulam de forma significativa dentro do universo cultural em que são produzidos. Essas narrativas demandam do intérprete uma competência textual ampliada, capaz de apreender tanto os mecanismos linguísticos de coesão – como elipses, anáforas e conectores – quanto os recursos pragmáticos e culturais responsáveis pela construção da coerência textual (Koch, 1993, 2006; Favero; Koch, 1994).

A coerência, tal como definida por Koch e Travaglia (1991), não está apenas na lógica sequencial dos eventos narrados, mas na capacidade de o texto ser interpretado como um todo significativo pelo interlocutor, exigindo, portanto, uma leitura situada, que considere os aspectos linguísticos, socioculturais e da situação discursiva. Nesse sentido, as narrativas populares, incluídas em grande parte das narrativas de grupos tradicionais da Amazônia, constituem verdadeiros atos de construção de sentidos ancorados em práticas simbólicas compartilhadas, nas quais a oralidade assume um papel epistemológico central (Ferreira Netto, 2008; Flannery, 2015).

Além disso, essas narrativas frequentemente operam com estruturas metonímicas e simbólicas que não apenas ampliam seu potencial interpretativo, mas também reforçam a natureza polifônica e intercultural do discurso oral amazônico tradicional (Vegini *et al.*, 2012, 2014, 2015). Para compreender plenamente tais discursos, é necessária uma abordagem textual que contemple tanto a dimensão linguística quanto a dimensão cultural, além de uma escuta atenta às vozes indígenas e tradicionais que ecoam por meio dessas formas narrativas (Mussalim; Bentes, 2012).

As narrativas orais amazônicas, especialmente aquelas centradas em figuras míticas como o *Mapinguari*, continuam a exercer forte influência no imaginário popular e a despertar o interesse da mídia e da comunidade científica.

Em 1994, o zoólogo norte-americano David Oren, vinculado ao Museu Paraense Emílio Goeldi, realizou diversas expedições na floresta amazônica com o objetivo de investigar a possível existência de uma preguiça-gigante terrestre, extinta há milhares de anos, que poderia estar relacionada às descrições populares do *Mapinguari*. Outrossim, Oren coletou mais de uma centena de relatos de moradores locais, os quais afirmavam ter avistado a

10 Narrativas míticas têm base em crenças religiosas. Consideramos o mapinguari como figura mítica porque faz parte das crenças religiosas de grande parte dos povos originários da Amazônia, normalmente como sendo a transformação de um pajé velho em uma criatura horrenda de um olho na testa e boca abaixo do queixo ou na barriga, capaz de hipnotizar e matar qualquer criatura da floresta e mesmo pessoas. Já do ponto de vista científico, também há crença no mapinguari por grande conjunto de cientistas, mas como uma espécie animal tímida, ainda não descrita, talvez ligada à família das preguiças gigantes ou de símios superiores. Para outros, ainda, o mapinguari é apenas uma figura lendária, isto é, do imaginário popular, mas sem qualquer base factual, embora útil como *lenda de controle* em certas comunidades. Aqui, porém, como deixamos claro, nossa abordagem é baseada nas narrativas típicas, de onde a afirmação da natureza mítica da criatura.

criatura ou encontrado rastros associados a ela, o que sugeria que a lenda poderia estar enraizada em eventos reais (Folha de S. Paulo, 1994).

Mais recentemente, uma reportagem publicada no portal *News Rondônia* destaca o contínuo fascínio que o *Mapinguari* exerce sobre a população e pesquisadores da região. A matéria, intitulada “Mistério na Selva: o Mapinguari e a busca pelo último gigante da Amazônia”, resgata os relatos populares e científicos sobre a criatura, apontando como representa um ponto de encontro entre o conhecimento tradicional, as narrativas orais e o interesse científico contemporâneo (*News Rondônia*, 2023).

Essas notícias reforçam a importância de se considerar a coerência presente nas narrativas orais amazônicas como formas legítimas de organização do conhecimento e da experiência vivida. Elas ilustram como os elementos simbólicos e culturais dessas narrativas dialogam com estruturas interpretativas que demandam uma competência textual e intercultural específica, como argumentam Vegini *et al.* (2012, 2014).

Assim, ao analisarmos as narrativas do *Mapinguari* ou do *Homem-Onça* sob a ótica da linguística textual, evidencia-se que tais construções orais não são manifestações rudimentares ou primitivas, mas sim formas elaboradas de produção discursiva que revelam modos próprios de significação, atravessados por saberes locais, cosmologias e processos de ressemantização cultural (Koch, 2006; Marcuschi, 2001, 2008).

| O Mapinguari e o aspecto narratológico na Amazônia

Imagem 1 – Mapinguari



Fonte: News Rondônia (2023). Disponível em: <https://newsrondonia.com.br/cultura/2023/12/27/misterio-na-selva-o-mapinguari-e-a-busca-pelo-ultimo-gigante-da-amazonia>. Acesso em: 12 ago. 2025.

A reportagem sobre o Mapinguari destaca a importância dessa narrativa no contexto amazônico, onde uma biodiversidade incalculável e a riqueza cultural se entrelaçam de

forma única. A Amazônia é capaz de esconder espécies animais de grande porte ainda não documentadas? Sem dúvida alguma. Mas, ao mesmo tempo, a mata é tão grandiosa e tão perigosa ao ser humano que se torna intimidadora e capaz de produzir lendas e/ou mitos sobre espécies sobrenaturais? Também é. Assim, a existência mitológica do Mapinguari, com suas características sobre-humanas, é tão viável como a existência de um animal não descrito pela ciência e cujas características causem pânico e distorções descritivas.

O Mapinguari é um exemplo de como as histórias e mitos podem refletir a relação dos povos indígenas com a natureza, de como um avistamento real pode criar uma figura lendária ou de como uma situação real na mata pode causar alucinações e histórias fantasiosas. Enfim, a diversidade de concepções de mundo que habita a Amazônia associada à grandeza indescritível desse bioma entrelaçam possibilidades que são base para narrativas que só podem ser completamente compreendidas a partir desse emaranhado de peculiaridades locais.

Além disso, a reportagem mostra como o aspecto narratológico do Mapinguari pode ser visto como um convite para explorar os últimos mistérios do mundo selvagem e refletir sobre a relação humana com a natureza. A busca por evidências da existência do Mapinguari, liderada por cientistas e aventureiros, é um exemplo de como a narrativa pode inspirar a exploração e a descoberta. Assim como ocorre com o *sasquatch* na América do Norte, com o *yeti* no Himalaia, com o *yowie* na Austrália, o *orang pendek*, na Indonésia, o *almasty* na Rússia ou o *ucumar*, na Argentina, entre outras criaturas similares cujas narrativas são encontradas no mundo todo à exceção da África, cientistas de todo o planeta usam tempo e recursos em busca de explicar como relatos de pretensos avistamentos de criaturas bípedes espantosas podem ter um pé na realidade. E isso destaca a complexidade da relação entre a ciência e as crenças populares ao caracterizar de que maneira as histórias cotidianas, lendas e mitos podem ser vistos como formas de conhecimento que inspiram ciência.

A narrativa do Mapinguari também é fundamental na região, pois reflete detalhes da riqueza cultural da Amazônia e das tradições orais na região. Ao preservar e compartilhar essas narrativas, podemos aprender mais sobre a cultura, a história e a proteção das florestas e isso não é pouco. Faz parte do acervo imaterial da humanidade e nos ajuda a entender não apenas o mundo natural e seus efeitos sobre o homem, a biodiversidade e nossa relação com ela ou a prospectar o mundo natural com mais respeito, mas a entender a nós mesmos.

| Coesão e referenciação

Koch (1993, 2015) destaca a importância dos mecanismos de coesão referencial na manutenção do sentido textual. No contexto amazônico, os referenciais podem não ser compartilhados por leitores externos à comunidade, o que pode dificultar a interpretação. Assim, Vegini *et al.* (2009) apontam que é preciso compreender os sistemas simbólicos locais para não comprometer a textualidade.

A coesão textual constitui um dos pilares fundamentais da construção do sentido em um texto, sendo viabilizada por meio de mecanismos linguísticos que articulam elementos *intra* e *interfrásicos*, garantindo a continuidade temática e a inteligibilidade da mensagem. Dentre esses mecanismos, a referenciação exerce papel central, pois se refere à capacidade de um texto evocar e retomar entidades, eventos ou ideias, estabelecendo vínculos semânticos entre diferentes segmentos textuais.

De acordo com Koch (1993, 2015), os mecanismos de coesão referencial – como a anáfora, a catáfora e a elipse – são responsáveis por assegurar a progressão temática, permitindo que o leitor ou ouvinte identifique as relações entre os elementos do discurso, o que, por sua vez, contribui para a construção da coerência global do texto. Assim, observa-se que a eficácia desses mecanismos pode ser comprometida quando o receptor do texto não compartilha dos referenciais culturais, simbólicos ou linguísticos do grupo social ao qual pertence o enunciador.

Em comunidades amazônicas, por exemplo, os sistemas de referência estão ancorados em conhecimentos tradicionais, cosmologias locais e formas específicas de categorização do mundo natural e espiritual. Assim, leitores ou ouvintes externos a essas comunidades podem encontrar dificuldades em estabelecer os vínculos referenciais necessários à compreensão plena do texto, especialmente quando os elementos coesivos remetem a entidades míticas, experiências sensoriais ou práticas culturais que não fazem parte do seu repertório sociocognitivo.

Vegini *et al.* (2009) enfatizam que, para que se compreenda adequadamente a textualidade de produções discursivas originadas em contextos culturais distintos, é imprescindível o reconhecimento dos sistemas simbólicos locais. A ausência desse reconhecimento pode gerar ruídos interpretativos, comprometendo a coerência do texto e levando a uma leitura etnocêntrica, que desconsidera a lógica interna das práticas discursivas nativas.

Nesse sentido, a análise da coesão e da referenciação em narrativas amazônicas exige não apenas uma abordagem linguística, mas também uma perspectiva etnográfica e interdisciplinar, capaz de integrar conhecimentos da antropologia, da linguística e dos

estudos culturais. Outrossim, uma vez partindo dessa constatação, torna-se evidente que a compreensão das narrativas amazônicas exige uma escuta sensível às particularidades culturais e linguísticas dos sujeitos que as produzem.

Consequentemente, essa necessidade de articulação entre diferentes saberes também se evidencia nas discussões sobre os processos de retextualização – prática que envolve não apenas a transposição de textos entre gêneros ou contextos, mas também a negociação de sentidos entre diferentes visões de mundo. Assim, Marcuschi (2001) e Flannery (2015) discutem a retextualização como prática pedagógica e política, evidenciando seu potencial de transformação discursiva e de construção de significados que dialogam com contextos socioculturais específicos.

| A retextualização de gêneros orais para a escrita

A retextualização, entendida como o processo de transposição de um enunciado de um gênero ou modalidade discursiva para outro, configura-se como uma prática discursiva complexa que implica decisões linguísticas, estilísticas e, ao mesmo tempo, ideológicas.

No âmbito educacional, Marcuschi (2001) destaca a retextualização como uma atividade que não se limita à mera transcrição, mas envolve a reformulação de sentidos, a reorganização estrutural do texto e a adaptação às condições de produção e recepção próprias do novo gênero. Nesse sentido, a retextualização de narrativas orais para a escrita não constitui apenas procedimento técnico, mas um gesto pedagógico e político que atua na valorização das práticas discursivas de grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas e as comunidades tradicionais amazônicas.

Flannery (2015) reforça essa perspectiva ao apontar que a retextualização deve ser conduzida de forma ética e sensível às dinâmicas culturais que envolvem os gêneros orais, os quais frequentemente carregam não apenas informações, mas também modos de ver e experimentar o mundo.

A passagem da oralidade para a escrita demanda, portanto, escolhas discursivas criteriosas que busquem preservar uma parte da riqueza expressiva e da performatividade inerentes à tradição oral. Tais escolhas envolvem, por exemplo, a manutenção de marcas de oralidade, como *repetições*, *pausas*, *vocativos* e *interjeições*, elementos que constituem o estilo próprio das narrativas orais e que, se apagados, comprometem a autenticidade da versão escrita.

No caso das narrativas amazônicas, esse processo adquire ainda maior complexidade, pois tais discursos estão imersos em contextos simbólicos e epistemológicos próprios, frequentemente incompreensíveis à lógica da escrita ocidentalizada. A tentativa de converter essas narrativas em textos escritos padronizados, sem considerar os elementos constitutivos da oralidade e do universo cultural originário, pode resultar na distorção dos sentidos originais e na perda de valor cultural.

Assim, a retextualização, quando realizada com respeito às singularidades culturais, pode funcionar como instrumento de resistência e de registro da memória coletiva, garantindo visibilidade e legitimidade aos discursos que circulam fora dos centros de poder hegemônicos.

| Implicações para o ensino e a formação docente

A obra de Mussalim e Bentes (2012) aponta para a necessidade de formação linguística plural e contextualizada, pois a prática docente deve considerar as narrativas como forma de letramento que articulam experiências locais e saberes escolares. A experiência de Vegini (2010) com a formação de professores indígenas reforça essa urgência.

As discussões trazidas por Mussalim e Bentes (2012) evidenciam a urgência de uma formação docente pautada na concepção plural e contextualizada de linguagem, que considere a heterogeneidade linguística e cultural presente nas práticas sociais. Essa perspectiva rompe com modelos homogeneizantes de ensino, frequentemente baseados em norma-padrão descontextualizada, e propõe abordagem que valorize os diferentes modos de dizer e significar, especialmente em contextos socioculturais marcados por práticas discursivas próprias, como ocorre na região amazônica.

A sala de aula, nessa perspectiva, deve ser compreendida como espaço de acolhimento e articulação entre diferentes saberes, em que as narrativas orais locais sejam reconhecidas como formas legítimas de letramento. Ao tratar essas narrativas não apenas como objetos “folclóricos” voltados para a diversão popular, mas como práticas discursivas que envolvem *memória*, *identidade* e *conhecimento*, o ensino da língua torna-se instrumento de empoderamento e reconhecimento de vozes historicamente silenciadas. A inserção dessas narrativas no currículo escolar possibilita, portanto, prática pedagógica dialógica, que articula as experiências de vida dos sujeitos com os saberes acadêmicos e institucionais.

Experiência relatada por Vegini (2010) no trabalho com formação de professores indígenas reforça essa perspectiva ao demonstrar que o reconhecimento das línguas e das práticas discursivas originárias contribui para a construção de propostas pedagógicas mais

eficazes e respeitadas à realidade dos educandos. Para tanto, a abordagem exige do docente não apenas conhecimento técnico sobre gêneros textuais e práticas de linguagem, mas também sensibilidade sociocultural e abertura ao diálogo com diferentes epistemologias. Assim, a formação inicial e continuada de professores precisa incluir a reflexão sobre a diversidade linguística, os processos de retextualização e a valorização das vozes locais como elementos fundamentais para educação crítica e inclusiva.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas que incorporam narrativas orais locais como contos, mitos, lendas, cantos e histórias de vida não apenas ampliam as possibilidades de letramento, como também promovem o reconhecimento e a valorização da cultura e da identidade dos estudantes, especialmente em comunidades tradicionais e indígenas. Essa abordagem fortalece vínculos entre escola e comunidade e favorece o ensino significativo e dialógico – por exemplo.

A atuação docente, portanto, deve estar comprometida com a construção do ensino que respeite e integre a multiplicidade de sentidos, saberes e formas de expressão que compõem o tecido sociolinguístico brasileiro. Mais do que ensinar a ler e escrever, é necessário formar sujeitos críticos, conscientes de sua linguagem e de seu lugar no mundo, capazes de transitar entre diferentes práticas discursivas e de afirmar suas vozes nos diversos espaços sociais.

| Considerações finais

Por fim, pode-se considerar que, como demonstrado ao longo das discussões anteriores, o estudo e a aplicação de narrativas produzidas no contexto amazônico exigem abordagens que valorizem a pluralidade de vozes e a dinâmica entre oralidade e escrita. As narrativas locais são expressões de conhecimento e identidade, devendo ser reconhecidas como textos legítimos e plenos. A integração entre teoria e prática revela-se essencial para a construção de sentidos no ensino e na pesquisa linguística.

A oralidade e a escrita são dimensões complementares da linguagem que se articulam na construção do sentido. As narrativas orais amazônicas são textos legítimos, com intencionalidade, coesão e estrutura próprias, que não precisam – nem devem – se adequar aos parâmetros da escrita escolar para ser valorizadas. Portanto, é fundamental que a teoria linguística se comprometa com a realidade social e cultural dos sujeitos, superando modelos normativos e homogeneizadores. A valorização das narrativas locais não se restringe à sua função estética ou informativa, mas envolve o reconhecimento de sua função epistêmica, identitária e política.

Nesse sentido, práticas pedagógicas e investigativas que articulam os princípios da Linguística Textual com as especificidades regionais contribuem significativamente para fortalecer a textualidade em contextos educativos e promover uma educação linguística crítica, plural e transformadora.

A integração entre teoria e prática é condição essencial para a construção de sentidos no ensino e na pesquisa linguística, especialmente em contextos marcados por alto grau de diversidade sociolinguística e cultural. Logo, ao valorizar os saberes locais e reconhecer a legitimidade das vozes comunitárias, docentes e pesquisadores podem promover a democratização do conhecimento e, ao mesmo tempo, consolidar “uma linguística comprometida com a diversidade e a inclusão”.

Dessa forma, cremos que a Linguística Textual, se aplicada de maneira contextualizada, torna-se ferramenta fundamental para valorizar as identidades amazônicas e construir práticas educativas mais justas, significativas e inclusivas.

| Referências

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BEZERRA, M. L. As tirinhas como ferramenta de estudo da linguagem oral. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 59-76, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/23748>. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRUNER, J. **A construção narrativa da realidade**. 1991. Disponível em: www.academia.edu/... Acesso em: 17 abr. 2025.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: introdução**. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRA NETTO, W. **Tradição oral e produção de narrativas**. São Paulo: Paulistana, 2008.

FLANNERY, M. R. S. **Uma introdução à análise linguística da narrativa oral: abordagens e modelos**. Campinas: Pontes, 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Equipe busca lendária preguiça amazônica**. 21 fev. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/21/brasil/18.html>. Acesso em: 12 ago. 2025.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1993.

- KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KOCH, I. V. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1991.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: The grammar of visual design. Routledge, 2020.
- LABOV, W. **Alguns passos na análise da narrativa**. 1997. Disponível em: <http://academia.edu/ValdirVegini>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2012.
- NEWS RONDÔNIA. **Mistério na selva**: o Mapinguari e a busca pelo último gigante da Amazônia. News Rondônia, 27 dez. 2023. Disponível em: <https://newsrondonia.com.br/cultura/2023/12/27/misterio-na-selva-o-mapinguari-e-a-busca-pelo-ultimo-gigante-da-amazonia/>. Acesso em: 12 ago. 2025.
- OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR**. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/wwf-brasil-chico-bento-e-mauricio-de-sousa-celebram-o-dia-do-pantanal/>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- OLIVEIRA, R. Tiras em quadrinhos: um objeto de ensino e aprendizagem da oralidade presente na linguagem escrita. **Revista Temática**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 20-35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/33892>. Acesso em: 7 abr. 2025.
- UFPA. Narrativas orais populares da Amazônia. **Rádio Web UFPA**, Belém, 2022. Disponível em: <https://radio.ufpa.br/index.php/ufpa-comunidade/narrativas-orais-populares-da-amazonia/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

UFPR. História em quadrinhos plurilíngue retrata língua indígena de sinais de forma inédita. **Universidade Federal do Paraná**, 2024. Disponível em: <https://testehml.ufpr.br/historia-em-quadrinhos-plurilingue-retrata-lingua-indigena-de-sinais-de-forma-inedita/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

VEGINI, V. *et al.* (org.). **Palavras matizadas: polifonias e intertextualidades**. Porto Velho: Temática, 2015.

VEGINI, V. *et al.* **Línguas, linguagens e culturas amazônicas**. Porto Velho: Edufro, 2009.

VEGINI, V. Formação continuada para professores indígenas: um relato experiencial. *In*: CORREIA, H. S.; KLEPPA, L.-A. (org.). **Multiculturalidade e interculturalidade nos estudos de língua e literatura**. Porto Velho: Edufro, 2010. p. 312-348.

VEGINI, V.; VEGINI, R. L. A cobra do lago de Cuniã: estudo comparativo de um mito etiológico numa sociedade em transformação. **Revista Conexão Ciência**, v. 7, p. 68-82, 2012.

VEGINI, T. F. L. **Sociolinguística: pressupostos teóricos e metodológicos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

VEGINI, V.; VEGINI, R. L. O gigante monstruoso Mapianguari e a solidez dos narratemas da tradição. **Revista Sustentabilidade Organizacional**, v. 2, n. 1, fev.-jul. 2015.

VEGINI, V.; VEGINI, R. Ls. O Mapianguari e o Megatério: entre o significado múltiplo e o propósito único. *In*: CORREIA, H. H. S.; DUARTE, O. C.; SOUZA, V. A. de. (org.). **Isto não é um mapianguari: fronteiras moventes, relações, saberes e poderes**. Marília: Poesis Editora, 2015. v. 2, p. 425-490.

VEGINI, V.; VEGINI, R. L. Reflexos de mudanças sociais em narrativas orais amazônicas. **Revista Pesquisa & Criação**, v. 10, p. 75-88, 2012.

VEGINI, V.; VEGINI, R. L.; FERREIRA NETTO, W. **O monstruoso Mapianguari panamazônico: uma sucessão de adaptações aloíndigenas**. Porto Velho: Temática, 2014.

VEGINI, V.; VEGINI, R. L.; KARIPUNA, A.; ZUIM, A. L. As. Homem onça: um ser heteróclito Karipuna. **Revista Matrizes e Matizes Culturais**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2012.

VIEIRA, A. **Sem palavras – reflexões em tirinhas**. Manaus: Catarse, 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/cultura/tirinhas-de-artista-amazonense-que-viralizaram-na-internet-chegam-ao-catarse/>. Acesso em: 17 abr. 2025.